

Por Bruno Bergamaschi Giometti (*)

Empresas e pessoas buscam gerenciar os seus riscos às vezes com base em experiências do passado, às vezes com base nas vivências dos outros ou até mesmo com aquilo que entendem que pode acontecer no futuro. Para cuidar destes riscos, todos desenvolvem sistemas de controles, que às vezes nem percebemos que existem de tão natural que são realizados, sendo muito bem planejados e pensados.

Não ter controles gera inúmeras oportunidades para que erros, fraudes, distorções de mercado ou atos ilícitos sejam cometidos. No Brasil pré-eleitoral, quando falamos desses temas citados acima, é impossível não pensar na máquina pública, mais precisamente em corrupção.

Ainda assim, como todos já sabem, em época de eleições, todo político é contra a corrupção, mas durante o mandato o que vemos é uma realidade bem distinta. Acompanhando as campanhas políticas, já iniciadas, você já parou para olhar quais os candidatos e partidos que realmente levantaram o tema corrupção nos últimos anos?

Aliás, você sabia que o Brasil tem uma [Lei Anticorrupção](#)? Já olhou se o seu candidato votou contra ou a favor? Apesar da corrupção atingir em cheio a máquina pública, é preciso dizer que toda a corrupção tem necessariamente dois agentes envolvidos, o corrompido e o corruptor, e cabe as duas partes o combate à corrupção.

Algumas companhias brasileiras sentiram na pele o preço da corrupção e tantas outras conseguiram entender, a partir do erro dos outros, que precisavam tomar ações imediatas para aumentar o nível de maturidade dos seus controles internos, para transformar e alavancar os seus negócios.

Voltando às eleições, um dos grandes desafios dos partidos políticos é o financiamento das campanhas eleitorais. Por isso, eles recorrem às grandes corporações à procura de recursos financeiros e, até mesmo, da utilização da estrutura corporativa em seu favor, como aviões, rede de contatos e outros benefícios.

Com a sanção da Lei Anticorrupção Brasileira e outras legislações, como a norma americana [FCPA](#) (Foreign Corrupt Practices Act), muitas companhias adotaram políticas de tolerância zero a doações a partidos políticos, entes públicos e partes relacionadas. É neste momento que a auditoria interna entra em ação com a avaliação dos processos existentes e testes de transações da companhia, que possam representar um risco. Por isso, é importante sempre avaliar:

- A sua empresa faz a diligência dos seus fornecedores, assim como dos beneficiados de doações (financeira ou produtos)?
- Existem políticas ou procedimentos que estabeleçam regras, alçadas e aprovações das doações?
- Existe um sistema ou banco de dados que mantenha disponível para consulta todo o histórico e documentação da relação com terceiros, entes públicos, beneficiários de doações?

Não poucas vezes, a auditoria interna percebe que, embora as diretrizes existam e sejam claras, as companhias tomam ações com liberalidade, visando um benefício ou uma troca em curto prazo. Mesmo que o contexto político brasileiro seja extremamente incerto e traga muita insegurança para todos, é certo que as companhias, que são responsáveis por um dos lados da corrupção, podem e devem tomar incontáveis medidas para melhorar os seus processos e controles e exigirem do mercado um padrão de negócios melhor.

(*) **Bruno Bergamaschi Giometti** é gerente sênior de Auditoria Interna e Assessoria Financeira da Protiviti, consultoria global especializada em gestão de riscos, auditoria interna, compliance, gestão

da ética, prevenção à fraude e gestão da segurança. Única consultoria reconhecida como Empresa Pró-Ética por três anos consecutivos.

Fonte: IMAGE, em 26.09.2018.